

REVIEWS

BOECHAT, Walter (org.) (2014), *A Alma brasileira. Luzes e Sombra*, Petrópolis: Editora Vozes, 256 p.

Esta publicação se insere na tradição junguiana de análise cultural ou, mais precisamente, na tradição de análise cultural brasileira. A origem dessa tradição nos leva à segunda metade do século XX, quando a tradição junguiana foi marcada pelas numerosas mudanças significativas, que, no momento da morte do Carl Gustav Jung (1961), provavelmente poucos esperavam. Os embriões desta evolução, que levou à penetração mais ou menos direta do pensamento junguiano em várias disciplinas não-psicológicas, estavam presentes já em Jung (suas ideias sobre literatura, psicologia das nações, psicologia dos «primitivos», ou sobre a relação entre «alma» e cultura, etc.). Já na vida de Jung, as interfaces disciplinares foram «institucionalizadas» (*Psychologische Club* de Zurique ou *Eranos Tagung* em Ascona, etc.) e tornaram-se visíveis na sua colaboração com Wolfgang Pauli, Victor White, Richard Wilhelm, Mircea Eliade, Karl Kerényi e outros.

Na virada dos anos 60 e 70 surgiu a voz expressiva e crítica de James Hillman, cujo significado não consistiu em destruição ou desconstrução da tradição junguiana, mas sim em distanciamento crítico de Jung. A perspectiva crítica de Hillman levou ao surgimento da assim chamada psicologia arquetípica (mais tarde imaginal), cujo ditame foi «stick to the image» e a obra prima *Re-Visioning Psychology* (1975) de Hillman. O desdobramento da tradição junguiana em várias escolas (fundamentalista, clássica, de desenvolvimento, psicanalítica e arquetípica) teve também uma dimensão interdisciplinar que foi mais claramente refletida nos encontros regulares dos *Eranos Tagungen*, e que, nos anos 90 – não sem conexão com a cultura globalizada depois de 1989 cada vez mais intensa – Thomas Singer e Samuel L. Kimbles enriqueceram com conceito de complexo cultural e Michael Vannoy Adams com conceito do inconsciente cultural. As tentativas de criar um conceito assim existiam já antes de Jung (a etnopsicologia alemã: Wilhelm Wundt, Moritz Lazarus, Heymann Steintall, a psicologia coletiva italiana: Scipio Sighele, Enrico Ferri, a psicologia francesa de massas: Gustave Le Bon ou as obras de Marcel Mause e Lucien Lévy-Bruhl) e Jung recebeu essa influência. Mas a formulação de tal conceito nunca deu certo em Jung, mesmo que estivesse implicitamente presente nas suas obras.

Este desenvolvimento não se limitava só à Europa, já que, pouco a pouco, infiltrou-se em outros continentes também. No Brasil, os estudos junguianos foram introduzidos nos anos 60 por Carlos Boyington e Léon Bonaventure, embora já antes Nise da Silveira tivesse colaborado pessoalmente com Jung. Nos anos 80 foi o paulista Roberto Gambini quem antecipou o conceito de complexo cultural, mais tarde conceituado por Henderson, Adams, Singer ou Kimbles. Foi Gambini quem iniciou os estudos junguianos da cultura brasileira, quando, em 1981, defendeu a sua tese no *C. G. Jung Institut*, em Zurique, intitulada *Indian Mirror* ('Espelho índio'), na qual analisava a correspondência dos jesuítas do Brasil com os seus superiores em Lisboa e Roma. Esta correspondência tornou-se um ponto de partida daquilo que Gambini considera «psicologização da história». Abordando essa correspondência como psicólogo, Gambini identificou nela uma projeção ou transferência psicológica inter-cultural e religiosa massiva. Abordagem parecida encontramos em Freud, Jung, Erickson e também em Joseph Arnold Toynbee, mas o projeto multicultural e multirracial e a sua longa duração deram ao trabalho de Gambini um aspecto quase global. Na verdade, trata-se do primeiro projeto desse tipo na história intelectual brasileira, porque, até então, tentativas intelectuais de definição da *brasilidade* ou de uma definição exata da identidade nacional nunca chegaram a uma «psicologização».

O editor do livro *A Alma brasileira: Luzes e Sombra* é Walter Boechat, figura preeminente dos estudos junguianos no Brasil, que participa aqui também, contribuindo com o *Prefácio* (p. 9-16) e com um capítulo na primeira parte do livro («Luzes e sombra da alma brasileira – Um país em busca de identidade», 71-93). O livro contém 11 ensaios dos quais cada um objetiva apresentar um aspecto da alma brasileira. O livro está dividido em três partes: 1) «Multiplicidade da alma brasileira», com seis ensaios cujo objetivo é apresentar o Brasil como um conjunto e a sua psicologia coletiva no contexto global histórico e geográfico (17-144); 2) «A Alma brasileira africana» (145-216); a 3) «A Alma brasileira ameríndia» (217-245).

O título do livro espelha o tema do 12.º congresso da *Associação Junguiana do Brasil*, onde, «luz» corresponde à autonomia, à identidade, à criatividade e à vitalidade, enquanto «sombra» às partes recalcadas da cultura, da sociedade, da história, do carácter nacional, e os valores incompatíveis com aqueles com as quais a dada cultura se identifica e com as quais venera como valores mais nobres dela.

Diferentemente da Europa, o problema coletivamente-psicológico é de certa forma mais complexo e mais interligado, não só com a história. Como escreve Boechat: «Essa falta de identidade cultural leva ao perigoso fenómeno da imitação de modelos, que venham da América do Norte ou da Europa, com o esquecimento da nossa originalidade, que é única. Se a Europa passou por ser por um longo período da Idade Média entrando em seguida no processo enantiodrômico extrovertido do Renascimento durante o qual se deram as descobertas ultramarinas, o Brasil nessa fase abrigava as mais variadas etnias indígenas com uma realidade social inteiramente diferente» (11). Para a escola arquetípica, o caso Brasil é interessante pelo fato de que o complexo cultural (que não deveria ser confundido com a identidade cultural, mesmo que seja evidente que muitas pessoas se identificam

com os complexos culturais da suas próprias culturas) é permeado não só pela confrontação e interpenetração não só entre os complexos individuais e coletivos, mas também entre aqueles raciais e regionais.

Mesmo que Singer e Kimbles salientem que o complexo cultural junguiano não é necessariamente a mesma coisa que a identidade ou o caráter nacional («Intense collective emotion is the hallmark of an activated cultural complex at the core of which is an archetypal pattern. Cultural complexes structure emotional experience and operate in the personal and collective psyche in much the same way as individual complexes, although their content might be quite different. Like individual complexes, cultural complexes tend to be repetitive, autonomous, resist consciousness, and collect experience that confirms their historical point of view», Singer e Kimbles 2004: 6), parece que em Boechat estas categorias se sobrepõem. O típico complexo cultural brasileiro da inferioridade liga-se com o sul arquetípico (ao contrário do norte) e com uma figura tipicamente brasileira, o *trickster* (o malandro), conhecida na psicologia junguiana como *Puer Aeternus*. O interessante é que justamente essa figura é a que Boechat associa com o lendário Ulisses de Homero, cuja herança se aprecia nas culturas ibéricas (o nome original de Lisboa era *Ulissabon* e, em grego, *Ulissabona*). Se ele fala sobre a identidade insuficiente do brasileiro contemporâneo, fala sobre o legado *tricksteriano* (Boechat faz a relação entre ele e a América latina) e sobre o sul arquetípico (para Jung, encarnado principalmente pela África e o Mediterrâneo). O resultado da análise de Boechat é que no povo brasileiro está ausente a memória histórica e que esta ausência constitui um dos complexos culturais do país, assim como a ausência do arquétipo do herói. Assim, os dois fatores contribuem à uma identidade nacional dos brasileiros manca.

O livro é, inesperadamente, iniciado por um filósofo francês, Michel Maffesoli, que goza de relativa fama no Brasil. Inesperadamente, porque nem a filosofia anglo-saxã nem a continental admitiu, ainda hoje, a importância de Jung, mesmo que ele se incluísse na tradição filosófica de Leibniz, Kant, Schopenhauer ou Nietzsche. No seu artigo, Maffesoli avança o pensamento junguiano na direção da filosofia, à porta fechada, mas o livro não nos decepcionará se continuarmos a lê-lo, porque o ensaio seguinte, intitulado «Em busca dos mitologemas da alma brasileira na perspectiva da Gilbert Durant», da brasileira Iduína Mont'Alverne Chaves e da portuguesa Alberta Filipe Araújo nos desloca para os tempos míticos como «linguagem da alma». Mas as autoras recorrem não aos mitos brasileiros, mas aos mitos clássicos europeus (o mito da idade de ouro como é conhecido de Hesíodo e o mito de Prometeu), que interpretam a partir do pensamento do Gilbert Durant, e quando falam da *fecundidade* do Brasil, referem-se às divindades clássicas como Deméter, Reia, Gaia, Ártemis ou Perséfone e Dionísio.

Cristiana de Assis Serra, no ensaio «De Sodoma à Samaria – Cristianismo, homofobia e alteridade no Brasil» (94-113), fala sobre uma questão atual de hoje em dia, i. e., da homofobia e de como é constelado esse problema no Brasil, um país com um forte legado patriarcal. Terezinha Zimbrão, no ensaio «A Alma brasileira na obra machadiana – Complexo cordial da cordialidade» (114-128), inicia uma análise da obra

Esau e Jacó, do clássico escritor brasileiro Machado de Assis, utilizando o conceito junguiano de complexo cultural. No ensaio «*O tempo e o vento* – Traços da alma brasileira» (129-144), Elizabeth Zimmermann estuda Érico Veríssimo, ícone da literatura brasileira, focando o seu interesse nas especificidades do Brasil meridional, assim como é descrito e interpretado pelo autor estudado e a sua visão e sua perspectiva da psicologia arquetípica.

A segunda parte do livro contém ensaios que contam com a contribuição africana à identidade nacional brasileira. Sabemos que o início desta influência se encontra no século XVI e que marcou, fortemente, costumes, vestidos, língua e convicções religiosas dos brasileiros. José Jorge Zacharias, no ensaio «Uma breve análise psicológica de Exu» (147-170), escreve sobre uma das figuras mais importantes do panteão Nagô, Exu, cujo significado religioso preservou a antropóloga Monique Augras no livro *Os Nôgô e a morte*. Exu não é somente o *trickster* fálico, mas também o verdadeiro ator cósmico. No ensaio «Tornar-se o que se é no sentido da filosofia ubuntu africana e no sentido para a individuação na e da cultura brasileira» (171-193), Lygia Fuentes dedica-se à filosofia africana de Ubuntu, e tenta relacioná-la com a cultura brasileira. Assim, liga o Brasil contemporâneo com o conceito tradicional tribal africano. No ensaio «A alma ancestral africana bate à porta dos consultórios de análise – Estaremos prontos para recebê-la?» (194-215), Vivian Verônica Buck descreve a sua própria experiência e a relaciona com a questão da convivência de brancos e negros numa família tradicional paulista. Mais tarde, esta experiência pessoal se espelha na forma como ela aborda os seus clientes afro-brasileiros. O livro termina com a terceira parte, contendo dois ensaios da alma brasileira ameríndia. Isabela Fernandes, no ensaio «Os irmãos criadores: um mito de origem brasileira», estuda o mito da criação do mundo segundo os índios Aruás (estado de Rondônia). O seu ensaio passa pelos vários aspectos do mito e os relaciona com a *Teogonia* de Hesíodo, com os mitos de Marduk, e demonstra que, diferentemente destes, os mitos indígenas não contêm o combate clássico entre luz e trevas, mas, ao contrário, a ideia da coexistência de ambos e a convivência do ser humano com eles. O autor do último ensaio, Gil Antonio de Britto Duque, chama a atenção para a tradição do Guarani e para o conceito circular do tempo. Este conceito pré-colombino do fim dos tempos manifesta semelhanças surpreendentes com a ideia nórdica do fim dos tempos, *Ragnarök*. O autor pergunta-se: «O que pensar quando nos deparamos com uma mitologia tão complexa quanto desconhecida que jaz em silêncio na base cultural da principal matriz indígena de nosso povo?» (240). É justamente esse *jazer em silêncio* e o seu pertencimento factual à memória histórica da psicologia coletiva dos brasileiros o que liga esse ensaio com o pensamento de Roberto Gambini e com toda a sua produção de décadas anteriores. Assim como Gambini, Gil Duque salienta a importância do regresso a essa memória para a psicologia coletiva dos brasileiros de hoje e para o processo da re-descoberta das raízes brasileiras.

Referências

SINGER, Thomas – KIMBLES, Samuel L. (2004), *The Cultural Complex. Contemporary Jungian Perspective on Psyche and Society*, New York: Brunner-Routledge.

GAMBINI, Roberto (2000), *Indian Mirror. The Making of the Brazilian Soul*, São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome.

Aleš Vrbata
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

ECHEVARRIA, Regina (2014), *A História da princesa Isabel. Amor, liberdade e exílio*, Rio de Janeiro: Versal, 360 p.

Trata-se da última biografia da princesa Isabel, filha do segundo e último imperador brasileiro D. Pedro II de Bragança. A autora, a jornalista Regina Echevarria, com experiência de trabalho em jornais (*O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha de São Paulo*) e revistas (*Veja*, *Isto É*, *Placar*, *Caras*, *A Revista*), é uma autora de vários livros (*Furacão Elis*, 1985; *Cazuza, só as Mães ao felizes*, 1997; *Cazuza, Preciso Dizer que Te Amo*, 2001; *Pierre Verger, um Retrato em Preto e Branco*, 2002; *Mãe, Menininha do Gantois, uma biografia*, 2006) e, trabalhando nessa exigente obra, vasculhou dois anos os raros arquivos sobre a família imperial e mergulhou, principalmente, na correspondência da princesa com o pai, D. Pedro II, marido, conde d'Eu, mãe, dona Teresa Cristina¹ e à sua ama, a condessa de Barral, desde a adolescência até o exílio.

O livro é dividido em 25 capítulos, dos quais cada um é introduzido por um grande retrato da princesa Isabel (p. 11-340), índice onomástico (341-351), bibliografia (352-357), lista de acervos e bibliotecas, periódicos e sites de internet (257-258) e créditos das imagens (259). O livro também contém comentários de preeminentes historiadores brasileiros (Mary Del Priore, José Murilo de Carvalho, etc.) e fragmentos da correspondência entre D. Isabel e o pai, mãe, irmã, seu marido e outros membros da família e conhecidos, da mesma forma como anotações dos diários da princesa e sobre figuras importantes da sua vida.

Enquanto o primeiro capítulo se preocupa com as circunstâncias que precederam imediatamente a abolição da escravidão no Brasil, o segundo focaliza as circunstâncias do nascimento da princesa imperial e os quatro primeiros anos da sua vida. Isabel nasceu no ano de 1846, no Palácio de São Cristóvão, na capital Imperial do Brasil. Foi o segundo parto da imperatriz Teresa Cristina, que dezoito meses antes tinha dado a luz ao filho primogênito, Afonso Pedro, herdeiro da Coroa. Na época, o imperador D. Pedro II era ainda muito jovem, tinha apenas 21 anos, e o casamento com Teresa Cristina tinha se dado apenas três anos antes (Nápoles, 30 de maio de 1843, e foi necessário obter a licença de Roma porque os noivos eram primos). Mas, no dia 11 de julho de 1847, morreu o filho primogênito e herdeiro da Coroa brasileira. Como diz a autora: «diz a lenda que os Bourbon de Bragança pagariam pela maldade de um antepassado – no caso de D. João IV, fundador da dinastia de Bragança. A morte prematura havia ocorrido na geração de D. João VI, com seu irmão mais velho, D. José. Na geração seguinte, D. Antônio, filho de D. João VI, faleceu em 1801, aos 6 anos de idade, deixando a herança para o irmão mais novo, D. Pedro I. E, ainda, Pedro II herdou os direitos de dois irmãos que cedo se foram» (23). Mas logo

¹ Princesa das Duas Sicílias, reino existente desde 1816, quando Congresso de Viena acabou com Reino de Nápoles e Reino de Sicília, até 1861 quando nasceu o Reino da Itália.